

CIÊNCIA EM COMUNICAÇÃO

O homem, como ser social, busca constantemente uma melhor qualidade de vida, visando ao desenvolvimento coletivo. Nessa busca, para realizar o bem comum, estabelece parcerias, as quais podem ser públicas ou privadas. Assim, na união e na força – juntos - trabalham em prol de um anseio que jamais deverá ser apenas ato particular, mas essencialmente coletivo. Um prazeroso encontro em que instituições parceiras traçam objetivos comuns.

Neste específico, o que se deseja é que ocorra entre a UNITAU e o JORNAL GAZETA DE TAUBATÉ não apenas o lançamento de mais um veículo de comunicação e a constituição de um caderno acadêmico, mas, essencialmente, a possibilidade de o JORNAL GAZETA DE TAUBATÉ se tornar um suporte, por meio do qual a Universidade de Taubaté se pronunciará pedagógica e publicamente, a partir de suas práticas concernentes à Graduação, à Pós-graduação e à Extensão.

A parceria

Com essa parceria, resultados de projetos de pesquisa e extensão, assim como pareceres acadêmicos dos professores e dos alunos serão levadas a público, semanalmente, para que a população tome conhecimento dos trabalhos realizados no interior da UNITAU, bem como as ações que envolvem toda a comunidade local. Em outras palavras, aproximaremos ciência e cotidiano, com linguagem acessível aos diversos públicos.

Os aspectos positivos

Nessa parceria, todos saíram ganhando. Para os autores, a possibilidade de publicação de seus resultados de pesquisa. Para a UNITAU, a garantia das produções acadêmicas por parte dos seus professores e alunos em mais um importante veículo de comunicação. Para o JORNAL GAZETA DE TAUBATÉ, a soma de informações, que gerará um jornalismo de conteúdo específico. Já para os leitores, a possibilidade de manter contato com assuntos diversificados, todos eles de real interesse público.

O funcionamento

Este é o primeiro resultado das partes interessadas, que trabalham para disponibilizar os serviços oriundos dessa parceria nesta e nas próximas edições. Após a leitura, desejamos também ler as opiniões dos leitores, que poderão encaminhá-las para o seguinte endereço eletrônico: Pró-reitoria de Extensão da Unitau <prex@unitau>, aos cuidados da Prof.ª M.ª Ângela da Costa C. Loures.

Em suma, o que mais desejamos com essa parceria é divulgar os nossos conhecimentos, a partir da inclusão de especialistas, mestres e doutores, todos eles supervisionando seus respectivos alunos, de modo a criar no JORNAL GAZETA DE TAUBATÉ um espaço para a divulgação de resultados do nosso ensino-aprendizagem e, ao mesmo tempo, contribuir para a dinamização de ideias que promovam benfeitorias em nossa cidade e na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Saudações acadêmicas!

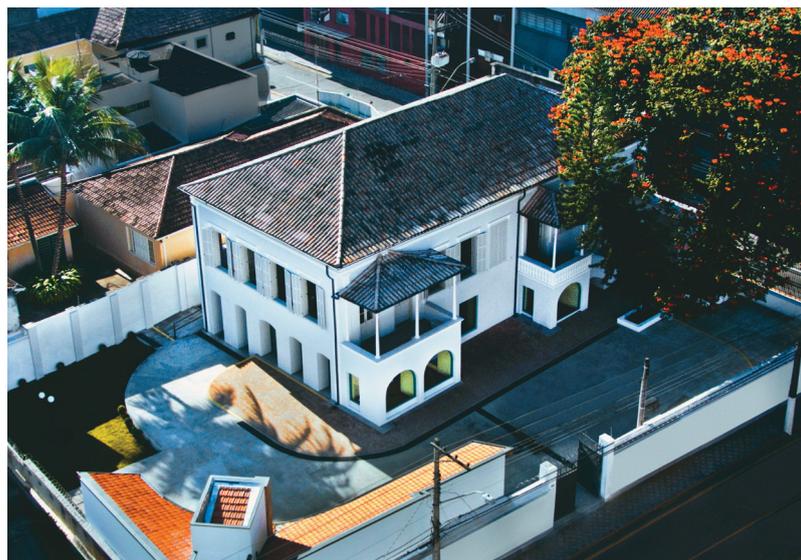
Prof. Dr. José Rui Camargo
Reitor

O Patrimônio Material e Imaterial no Projeto Taubaté Tempo e Memória

Prof. Ms. Armino Boll

Coordenador do Projeto Taubaté Tempo e Memória:
História, Tradições Culturais e Comunidade

Foto: ACOM / Fernando Candelária



Solar da Viscondessa de Tremembé - Tombado em 1985
CDPH - Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UNITAU

A Constituição Federal Brasileira, no artigo 216, preconiza que configuram patrimônio “as formas de expressão; os modos de criar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” Podemos afirmar, então, que os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas.

No Projeto Prex Taubaté Tempo e Memória: História, Tradições Culturais e Comunidade, iniciado em 2012, buscamos identificar, catalogar, divulgar e intercambiar saberes sobre o patrimônio material, imaterial e ambiental. São objetivos desse novo projeto o levantamento do patrimônio material e imaterial da cidade; a identificação dos aspectos arquitetônicos, culturais e ambientais e sua catalogação; a produção de um inventário deste patrimônio para discutir com a sociedade civil organizada e com os poderes públicos constituintes ações efetivas para atendimento ao patrimônio material e imaterial atendendo o seguinte questionamento: o que preservar? Por que preservar? Como preservar?

Partindo deste pressuposto, temos que seguir as normas definidoras para o patrimônio material que é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

São estas normas e definições que orientam o trabalho de toda equipe envolvida no Projeto. Graças à experiência adquirida nesta troca de saberes constante e com a aplicação da metodologia da história oral, podemos desenvolver ações voltadas para a sociedade taubateana, atendendo o que preconiza a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias da UNITAU: criar condições de excelência nas relações entre a Universidade e a comunidade”.

Dentro de nossas ações iniciais, podemos destacar dois fatos importantes: primeiramente a elaboração de uma ficha para a catalogação do patrimônio material, imaterial e ambiental da cidade que, futuramente, poderá servir de referência para outros municípios e o projeto piloto desenvolvido com a Escola Estadual Mário Cardoso Franco, localizado no bairro Cidade de Deus, onde os alunos do ensino médio, sob a coordenação de seus professores, pesquisarão o patrimônio do seu bairro, envolvendo familiares e a comunidade.

Esta é a nossa meta, envolver todos os níveis para a produção de conhecimento com a orientação acadêmica e resultados sustentáveis para a toda sociedade.

Esse é um projeto piloto que tem como objetivo articular e envolver todas as camadas da sociedade e, de modo especial, as escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio de Taubaté, sob a orientação acadêmica da Pró-Reitoria de Extensão e com a responsabilidade do nosso projeto, objetivando caracterizar Taubaté como uma cidade onde a preservação e o desenvolvimento urbano caminhem integrados.

UNITAU
um olhar para a comunidade

EXPEDIENTE

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Reitor

Prof. Dr. José Rui Camargo

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Dr. José Felício Goussain Murade

Chefe de Departamento

Prof. Ms. Maurílio do Prado Láua

Coordenação Jornal UNITAU/ edição:

Profa. Ms. Angela Loures (MTB-MS 17301/87V)

Editores adjuntos

Simone Gonçalves (ACOM)
Andréia Gomes (PRE)

Revisão:

Profa. Dra. Eliana Brito
Profa. Ms. Angela Barbare
Prof. Ms. Luzimar Gouvêa

Projeto gráfico e Diagramação:

PREX | Núcleo de Design Gráfico - NDG

Bolsistas do Programa de Bolsas de Extensão - PIBEx:

Thaís Andressa Peres
Guilherme Rodrigues

E-mail para contato:

jornalunitau@gmail.com



UNITAU
Universidade de Taubaté

IPHAN e UNITAU trabalham pela preservação do Patrimônio Cultural do Vale do Paraíba

Por Guilherme Rodrigues

A Festa de São Benedito, realizada em Aparecida, terá sua história recuperada por meio de um levantamento realizado por professores e alunos da Universidade de Taubaté, empenhados em produzir um inventário sobre a festa, com relatos e documentos históricos, a confecção de um vídeo e de um livro sobre a festa e ações de educação cultural junto à população. O objetivo do projeto Viva São Benedito! Registro de patrimônio imaterial e educação patrimonial da Festa de São Benedito, de Aparecida (SP), é fazer com que a festa seja reconhecida como patrimônio imaterial brasileiro – o primeiro do Estado de São Paulo e será desenvolvido com aporte de R\$ 127 mil do Ministério da Educação. O coordenador do projeto e Pró-reitor de Extensão da UNITAU, Prof. Dr. José Felício Goussain Murade, diz que a participação da comunidade será fundamental para

o reconhecimento da festa e, por consequência, para sua preservação. “O reconhecimento não é um ato de gabinete, é preciso envolver o povo, que é o principal interessado.”

Alunos, professores da UNITAU e convidados da comunidade taubateana participaram, em março, de uma oficina com os técnicos do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Joelson Trindade, técnico da Super Intendência do Iphan em São Paulo, Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante, técnica da Coordenação de Identificação do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN desde 2007, e Luciana Borges Luz, técnica da Coordenação de Registro do Departamento de Patrimônio Imaterial. Na oficina, os técnicos explicaram como outras cidades que possuem bens materiais e imateriais, podem realizar o registro desses bens:

A população pode participar do processo de tombamento de um patrimônio?

IPHAN: A população pode e deve participar, fornecendo informações que sejam úteis, quanto depois, dando uso para o bem e principalmente vendo qual seria o melhor uso, porque não adianta ter um bem tombado que as pessoas não possam acessar. A ideia é que em todos os processos de patrimonialização, seja tombamento ou registro, haja mais participação da comunidade em todas as suas fases, pois isso vai ser melhor para a preservação do bem.

Como distinguir num cenário de acelerado crescimento da cidade, o que pode ser preservado ou não? Quais são os critérios?

Exige uma decisão de mão dupla. Tanto dos órgãos que são credenciados para fazer essa seleção, como é o caso do IPHAN, as secretarias de cultura dos estados, os municípios que têm esses instrumentos, como também a população. A população que vivencia o espaço é que, na verdade, tem a legitimidade para dizer o que ela quer que seja preservado, o que ela quer que seja ali guardado para as gerações futuras de seus ambientes de vida, de suas práticas culturais, de suas construções, de suas edificações. É uma questão muito séria hoje em dia, por conta dos processos de urbanização, de aceleração do crescimento das cidades, de desenvolvimentismo. Cabe muito à comunidade decidir também o que ela quer, se vale a pena perder sua memória, a memória e identidade que estão ali nas edificações, nas práticas culturais, em função de ter um desenvolvimento econômico. É um processo que parte de uma tomada de consciência da sociedade do que ela quer para a vida dela, o que pode ser mais importante.

Como é o processo de identificação de um bem material e imaterial? Existem diferenças nesse processo?

IPHAN: Existem muitas diferenças nesses processos. O tombamento e registro são instrumentos legais diferentes. O tombamento foi criado em 1937 e o registro no ano 2000. Só pela função do tempo eles já geram procedimentos muito diferentes. O

tombamento é para bem material e o registro para imaterial. O tombamento trabalha com critérios técnicos, de arte, de valor artístico, histórico ou paisagístico, e pressupõe critérios de excepcionalidade, que justificam que aquele bem tem uma relevância nacional. Já o registro trabalha com a noção de referência cultural, que implica uma maior participação das comunidades nos processos de seleção daqueles bens que elas querem que sejam reconhecidos. Não necessariamente o tombamento tem que partir da comunidade ou ser aceito por ela (o ideal é que seja, que todos os processos de reconhecimento sejam partilhados pela comunidade, até porque é ela que vai preservar), mas o tombamento enquanto instrumento legal não tem essa exigência. Já o registro tem.

foto por: Bernardo Guerreiro



Projeto Viva São Benedito! fará o registro de patrimônio imaterial e educação patrimonial da Festa de São Benedito, de Aparecida (SP)

O registro não pode existir se a comunidade, se os detentores não quiserem e não participarem. Outra diferença é que o tombamento também coloca uma fiscalização por parte do Estado. O IPHAN fiscaliza os bens tombados, tem o objetivo de manter esses bens íntegros e, se preciso, faz restaurações. Já no registro, o IPHAN não fiscaliza, mas acompanha o que está acontecendo com o bem e incentiva a transmissão. No caso dos bens tombados, alguém pode ser preso por



Foto por: Guilherme Rodrigues

Prof. José Felício Goussain Murad, Pró-reitor de Extensão da UNITAU, ladeado pelos técnicos do IPHAN.

depredar o patrimônio, e no caso dos bens registrados não há como afirmar sobre o que as pessoas vão fazer com suas manifestações culturais. Enquanto um tombamento pressupõe a fiscalização, o registro pressupõe o acompanhamento do bem. Outras diferenças: o tombamento visa manter o aspecto físico do bem, o registro em manter os aspectos simbólicos do bem. Os valores que a comunidade atribui, os sentidos que elas dão, os significados dos bens culturais.

Quais as principais dificuldades encontradas pelo IPHAN em relação ao processo de tombamento e registro?

IPHAN: O tombamento tem como dificuldade maior a questão da propriedade privada. Ele não tira a propriedade do bem. Quem é dono de um bem tombado vai continuar sendo dono, só que a pessoa tem que atender a várias posições colocadas pelo IPHAN para poder conservar o bem. Por exemplo: se você tem uma casa colonial, você não vai poder ficar quebrando essa casa, vai fazer intervenções que não descaracterizem tanto a casa. Nos bens tombados, as modificações são passíveis de serem autorizadas pelo IPHAN, o que cria conflitos com os detentores. Às vezes o prefeito de alguma cidade tem o interesse de abrir uma rua que vai passar no meio de uma praça e não pode, pois os bens tombados pressupõem uma necessidade de conservação. Os conflitos são mais de interesse de como fazer o uso do bem. Já com os bens registrados, os conflitos são mais na articulação de se manter o bem. Como o Estado não fiscaliza, os conflitos surgem em função do que fazer, postos pela própria comunidade. Às vezes um quer o bem de um jeito, outros de outro jeito, então o IPHAN está ali para mediar o processo, ver nas possibilidades que aparecem, como o bem pode ser transmitido, melhor continuado. Então no caso do registro os conflitos são mais colocados na esfera do grupo, dos detentores com eles mesmos.